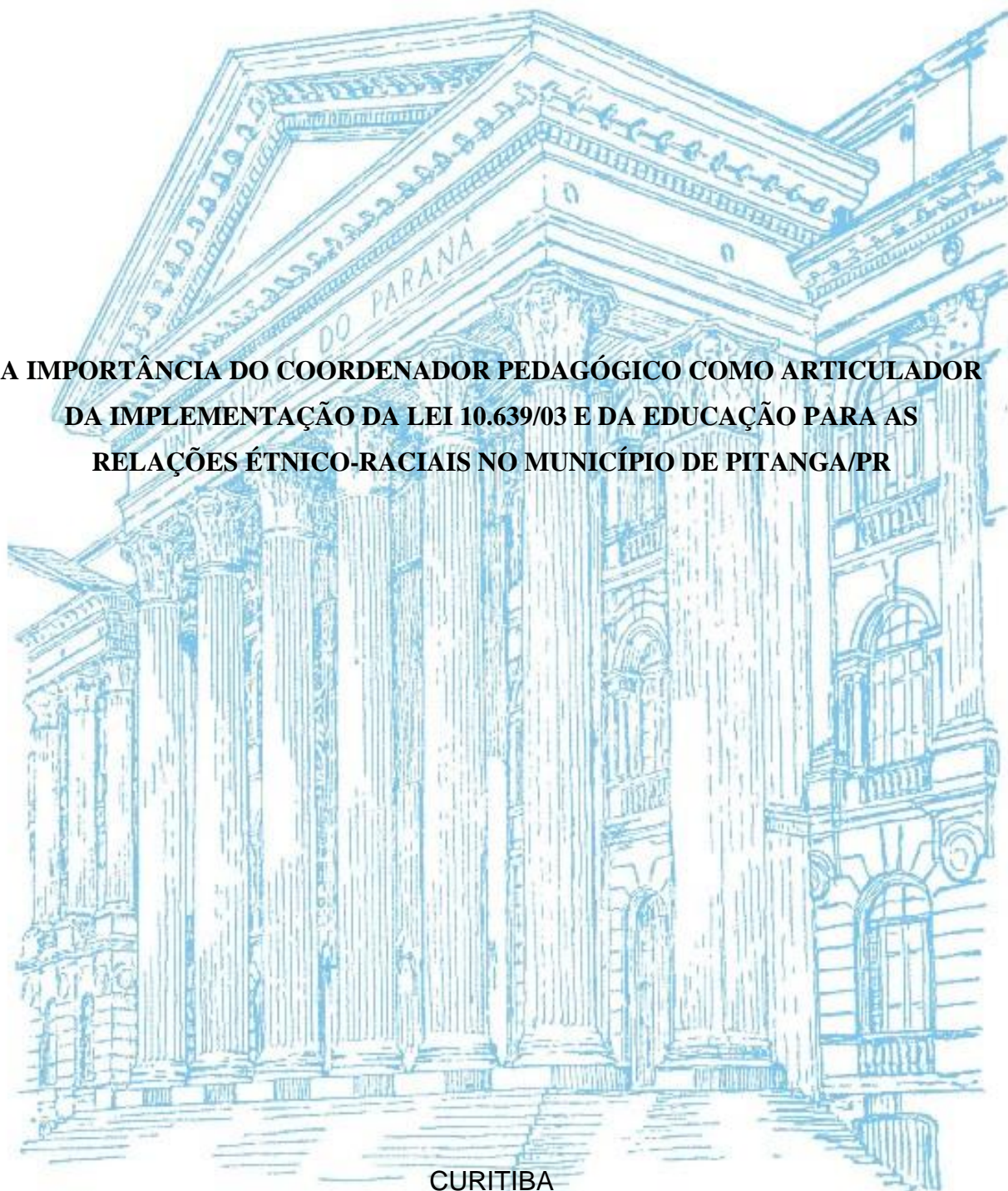


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ALESSANDRA LOPES DE OLIVEIRA CASTELINI

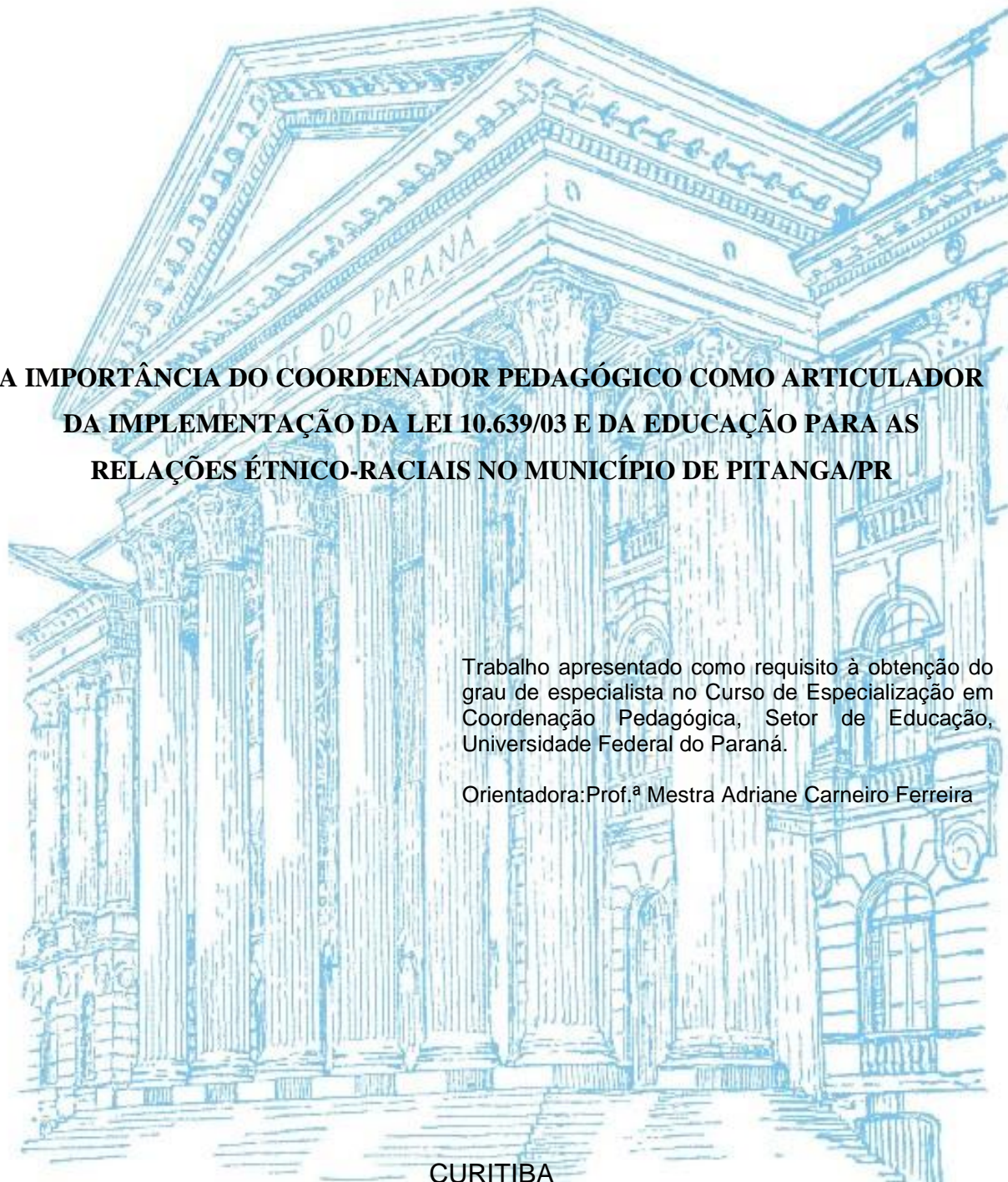
**A IMPORTÂNCIA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO ARTICULADOR
DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 E DA EDUCAÇÃO PARA AS
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO MUNICÍPIO DE PITANGA/PR**



CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ALESSANDRA LOPES DE OLIVEIRA CASTELINI



**A IMPORTÂNCIA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO ARTICULADOR
DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 E DA EDUCAÇÃO PARA AS
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO MUNICÍPIO DE PITANGA/PR**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Mestra Adriane Carneiro Ferreira

CURITIBA
2016

A IMPORTÂNCIA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO ARTICULADOR DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 E DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO MUNICÍPIO DE PITANGA/PR

ALESSANDRA LOPES DE OLIVEIRA CASTELINI*

RESUMO

Este estudo faz parte da pesquisa de mestrado vinculado ao PPGE/UNICENTRO e utilizaremos um recorte sobre o papel de articulação do coordenador pedagógico no contexto educativo e a inserção dos elementos referentes ao cumprimento da Lei Federal nº 10.639/03, o qual torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira (2004) e as práticas de promoção da igualdade racial para a educação básica. Para tanto, apresentamos uma discussão sobre a referida Lei, buscando entender como se deu a formação dos docentes e coordenadores pedagógicos e o trabalho de articulação da promoção dos estudos étnico-raciais na escola utilizando os dados da SEMEC, entrevista e da formação de docentes da rede municipal de ensino junto a um curso de extensão do Núcleo de Estudos Ameríndios e Africanos – NEAA/UNICENTRO no Município de Pitanga- PR. Como base metodológica para essa discussão utilizou a Antropologia Educacional, embasado em Fredrik Barth e Neusa Gusmão. Foi possível constatar, no final desse estudo, que dentre as implicações para a implementação da Lei 10.639/03 está a formação inicial de Pedagogia que não contemplou a educação para as relações étnico-raciais e a necessidade de ampliar a oferta de cursos para formação para docentes e coordenadores pedagógicos com o objetivo de desenvolver materiais simultaneamente à sua capacitação, igualmente, resgatando o envolvimento de alunos e familiares valorizando as comunidades tradicionais e as sociodiversidades, afro-brasileiras e africanas, oportunizando novas formas de aprendizagem nessa modalidade de educação.

Palavras-Chave: Educação para as Relações Étnico-raciais; Coordenação Pedagógica; Formação de Docentes; Lei 10.639/03

*Artigo produzido pela aluna Alessandra Lopes de Oliveira Casteliní do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Mestra Adriane Carneiro Ferreira. E-mail: pedagogalessandralopes@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A crescente discussão sobre discriminação racial¹ tão presente na sociedade envolvendo as populações afro-brasileiras e indígenas, tornou-se alvo de diversas reflexões no cenário político-social e educacional brasileiro e configurou-se como um fato possível de ser debatido, via educação, pelo fato da instituição escolar consolidar-se como um espaço plural, composto pela diversidade etnicorracial, sendo esta uma condição da natureza humana, na qual a diversidade não significa necessariamente desigualdade.

No Brasil, segregação e desigualdade são realidades que convivem lado a lado com os ideais de igualdade e coletividade. Tal contexto permeia o desejo contemporâneo de instituir a diversidade como identidade² brasileira e afastar os resquícios de uma história que por séculos subjugou determinadas identidades.

A discussão a respeito da valorização de identidades e da diversidade ocupou parte significativa das pesquisas em educação na atualidade brasileira. Quanto mais se intensificam os anseios por igualdade de acesso e oportunidades, mais se discute o papel social da escola e as práticas que se desenvolvem em seu interior. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, um conjunto de dispositivos legais foram produzidos no Brasil, almejando a constituição de políticas públicas para a diversidade cultural.

Com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) que estabeleceu desafios para os educadores brasileiros, especialmente no sentido de transformação das práticas escolares, seja para e pela convivência democrática, seja pela necessidade de revisão dos conteúdos de ensino com vistas à inclusão de temáticas que antes eram excluídas dos programas, dos planos de aula, bem como dos livros escolares e outros materiais didáticos.

¹ Para Gomes (2005) a palavra discriminar significa “distinguir”, “diferençar”, “discernir”. A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam.

² A identidade é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro.

A Lei n. 10.639/2003³ pode ser considerada um ponto de chegada de uma luta histórica da população negra para ser retratada com o mesmo valor dos outros povos que para aqui vieram, e um ponto de partida para uma mudança social.

Na política educacional, a implementação da Lei n. 10.639/2003 significa ruptura profunda com um tipo de postura pedagógica que não reconhece as diferenças resultantes do nosso processo de formação nacional. Ainda podemos considerar o impacto positivo junto à população negra, na qual essa Lei deve ser encarada como desafio fundamental do conjunto de políticas que visam a melhoria da qualidade da educação brasileira para todos e todas.

A escola é um local privilegiado de construção de significados, em que a produção de sentidos é prática diária e não podemos perder de vista que nas complexas conjunturas social, econômica e cultural, os mecanismos discriminatórios como a falta de estudos acerca da diversidade etnicorracial⁴, a efetivação de políticas sociais, falta de diálogos sobre o racismo, preconceito racial⁵ que vêm tornando o ambiente escolar antidemocrático e excludente.

Ao compreender a escola na perspectiva da diferença é apontar para a sua não neutralidade, explorando seus vínculos com a produção discursiva sobre as diferenças. Por isso, partiu-se da necessidade que se faz preciso avançar na tarefa de sensibilização das pessoas para que se interessem pelo assunto da diversidade, pois sabe-se da necessidade de trabalhar em prol de mudanças positivas e significativas no cenário educacional e na sociedade, educando na luta contra a discriminação racial.

A escola com suas contradições e limites é uma instituição que trabalha com a socialização do conhecimento, formação de hábitos, valores e atitudes. O

³ O artigo 26 A da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), incluído pela Lei 10.639/03, sofreu alteração de redação dada pela Lei 11.645/08 com a inclusão da história e cultura da população indígena. Todavia, o artigo 79B, também incluído pela Lei 10.639/03, se manteve inalterado. Isso significa que ambas as alterações continuam válidas e em vigor. A pesquisa aqui apresentada se refere especificamente à implementação da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas da Educação Básica do país, regulamentada pela Resolução CNE/CP 01/2004 e pelo Parecer CNE/CP 03/2004. Enfatiza, portanto, o cumprimento e a implementação da LDB pelos sistemas de ensino e suas escolas.

⁴ Um vocábulo que passou a ser utilizado no Brasil e merece destaque é a expressão etnicorracial. Seu sentido determina que as tensas relações raciais estabelecidas no país, vão para além das diferenças na cor da pele e traços fisionômicos, mas correspondem também à raiz cultural baseada na ancestralidade afro-brasileira que difere em visão de mundo, valores e princípios da origem européia. (Brasil, 2004, p.13-14).

⁵ O termo preconceito segundo Gomes (2005) resulta de um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou religião ou ainda de pessoas que ocupam outro papel significativo na sociedade.

coordenador pedagógico e os professores precisam ficar atentos e devem observar o entorno dos grupos de aprendizagem em que o aluno participa e dar novo significado às suas práticas pedagógicas. Prática pedagógica que respeite o aluno como produtor de conhecimento e a escola como espaço sistemático de exercício da cidadania.

Gomes (2002) observa que a escola ao ser um espaço privilegiado como instituição social, no qual é possível o encontro das diferentes presenças, também torna-se espaço sociocultural marcado por símbolos, rituais, crenças, culturas e valores diversos. Sendo assim, a questão da diversidade cultural na escola deveria ser considerada no que de mais fascinante ela proporciona às relações humanas: o encontro das diferenças.

Ao buscar nas relações estabelecidas pela gestão escolar, em especial da coordenação pedagógica que venham ser coerentes na intervenção da prática docente num trabalho educacional contra hegemônico e antagônico, que possa ir de encontro à consciência de superioridade quanto aos valores da cultura dominante, precisa estar atenta para que não venha silenciar-se diante de situações geradoras de desigualdades raciais que de múltiplas formas estigmatizam os afrodescendentes e indígenas, tornando-os inferiores frente aos demais atores da comunidade escolar.

Refletir sobre o papel social da escola e seu compromisso em formar cidadãos para a transformação da sociedade e a sua importância no desenvolvimento das relações humanas, nos estudos e reflexões de conflitos étnico-raciais, torna-se cada vez mais importante que no seu cotidiano, propiciem atitudes de denúncia e combate às ações racistas e discriminatórias, problematizando tais questões entre os sujeitos que dela fazem parte. Nesse contexto ao envolver diferentes linguagens e ações que realmente possam vir a demonstrar que as ações culturais influenciando nas relações interpessoais no desenrolar do processo educativo.

A escola é um local privilegiado de construção de significados, onde a produção de sentidos é prática diária e não podemos perder de vista que nas complexas conjunturas social, econômica e cultural, os mecanismos discriminatórios como a falta de estudos acerca da diversidade etnicorracial, a efetivação de

políticas sociais, falta de diálogos sobre o racismo⁶, preconceito racial dentre outros, que vêm tornando o ambiente escolar antidemocrático e excludente.

Em contexto semelhante, Cavalleiro (2005) também apresenta ideias importantes a respeito das implicações do racismo dentro das instituições escolares e das conseqüentes relações estabelecidas em tal espaço e explicita a necessidade do debate em torno da dinâmica das relações raciais na sociedade brasileira.

2. OS CAMINHOS DA PESQUISA

Assim como Kabengele Munanga (2005) nos fez refletir sobre a importância de conhecer a própria história e proporcionar isso a todos os sujeitos históricos, a pesquisa apresentada foi construída ao longo de vários meses, num trabalho que foi permeado de diversos obstáculos, desde a delimitação do tema, da realização da pesquisa até mesmo da desconstrução de várias práticas educacionais e de um novo olhar para as relações raciais na educação e na sociedade brasileira.

Este estudo faz parte da pesquisa de Mestrado vinculada ao PPGE/UNICENTRO e utilizou-se um recorte para compreender como se dá a articulação entre o trabalho do coordenador pedagógico frente à Educação para as Relações Étnico-Raciais – EREER, no município de Pitanga/PR conforme previsto na Lei 10.639/03 e no Parecer 003/2004.

Os objetivos específicos dessa pesquisa são pesquisar como vem sendo a atuação dos Coordenadores Pedagógicos frente a implementação da Lei 10.639/03 e a inserção dos temas sobre a história e cultura afro-brasileiras, africanas e indígenas e o trabalho realizado pelos professores na escola por meio de entrevistas aos professores vinculados a SEMEC de Pitanga/PR para compreender como é realizada a Educação das Relações Étnico-Raciais - EREER e como foram organizadas ações no contexto educativo. Ao retratar o problema de pesquisa, fomos instigados a buscar como é a atuação dos coordenadores pedagógicos frente

⁶ O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial por meio de sinais tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado, um conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma crença particular como única e verdadeira. Ver: GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão – In: BRASIL. Educação Antirracista. Caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. SECAD, 2005.

a implementação da Lei 10.639/03 vinculados a SEMEC de Pitanga/PR para promoção da Educação para as Relações Étnico-Raciais - EREER?

Nessa perspectiva ao analisar os desafios que permeiam a Educação para as Relações Étnico-Raciais - EREER, foi necessário olhar pelo viés do universo educativo como espaço de formação e produção de conhecimento e que tem como responsabilidade de alterar concepções defasadas e ainda o papel que os Coordenadores Pedagógicos tem enfrentado nessa demanda, considerando a relevância de refletir sobre as relações raciais enquanto esse um tema recente e que precisa ganhar visibilidade e ser mais debatido, o qual caracteriza uma série de iniciativas, tanto do poder público quanto nas escolas, as quais buscam parceria e investimentos para uma formação de qualidade para os futuros profissionais e também para aqueles que já estão atuando.

Convém ressaltar que a pesquisa foi realizada utilizando dados da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC do município de Pitanga/PR e do Núcleo de Estudos Ameríndios e Africanos – NEAA/Unicentro⁷.

Para realizar a pesquisa, foi estabelecido critérios para escolha dos participantes como: estar vinculados a Semec ou NRE de Pitanga, seja através de concurso público ou contrato temporário (Processo Seletivo Simplificado – PSS), ter participado do curso de formação continuada oferecido em parceria com o NEAA/Unicentro e a Semec de Pitanga/PR no ano de 2014 e possuir formação de Licenciatura em Pedagogia compreendendo o período de 2003 à 2015.

3. OS PERCURSOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Os campos de pesquisa aqui apresentados se deram em duas instituições, a Secretaria de Educação e Cultura - SEMEC do município de Pitanga/PR e os dados obtidos do Núcleo de Estudos Ameríndios e Africanos – NEAA/UNICENTRO.

Para a elaboração da pesquisa utilizou-se como respaldo teórico a abordagem cultural de Fredrik Barth(2000) e Neusa Maria Mendes Gusmão (1997,2008) o qual por meio da perspectiva antropológica ajuda a compreender que a cultura, seja na educação ou nas ciências sociais, é mais do que um conceito

⁷ Essa formação se deu a partir do curso de Extensão ‘Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena – Lei 11.645/2008 para os professores vinculados a SEMEC de Pitanga, promovido em parceria com o Núcleo de Estudos Ameríndios e Africanos – NEAA/UNICENTRO.

acadêmico e permite compreender um momento do processo de construção de um tecido sociocultural em que a interdependência dos elementos presentes se torna visível. Para Barth (2000), faz-se necessário analisar as atitudes e o comportamento das pessoas em seu cotidiano num raio de ação maior que o grupo ou a comunidade inicialmente estudada; é necessário aceitar a diversidade cultural, não devendo-se retirar da realidade suas imperfeições ou seus enigmas.

Nesse contexto, há que se considerar que no ambiente educacional, tanto alunos como professores são participantes de um grupo e que estes adotam determinados comportamentos e valores, em detrimento de outros, que em aliados a um contexto cultural, se implicam diretamente em sua atuação no cotidiano. Os grupos sociais apresentam características complementares como fator de interdependência. Os grupos étnicos tendem a manter padrões culturais a serem preservados.

Ao utilizar a abordagem antropológica para compreender o papel do coordenador pedagógico frente a implementação da Lei 10.639/03 no município de Pitanga/PR, apresentou-se a consciência de que essa investigação ocorreu num contexto envolvido numa multiplicidade de sentidos.

Para a análise dos documentos orais, como técnica de análise, utilizou-se obras que são referenciais para o estudo de caso etnográfico como as de André (1995, 1999, 2001, 2005), Ludke e André (1986).

A pesquisa do tipo etnográfica⁸ foi escolhida pois retrata a vida escolar cotidiana (ANDRÉ, 1995) e as interações ocorridas na escola que fazem parte de um contexto cheio de significados e inseridos num universo cultural que também necessita ser considerado.

Nesse sentido, entende-se o processo cultural como uma construção nas quais estão inseridas as diversas visões de mundo, nas quais podemos citar as

⁸ As pesquisas classificadas como do tipo etnográfica, são aquelas que utilizam os mesmos instrumentos da pesquisa etnográfica, entretanto na abordagem etnográfica, há a permanência de um longo tempo do pesquisador no campo, para que assim possa compreender a cultura em uma perspectiva ampla, vendo os fatos acontecerem, mas ao classificarem a pesquisa como do tipo etnográfica são utilizados os mesmos instrumentos, mas o tempo de permanência em campo pode ser reduzido, se o pesquisador fizer parte do mesmo universo cultural do campo pesquisado. Para André (1995) o tempo de permanência em campo da pesquisa do tipo etnográfica pode variar conforme os objetivos da pesquisa, a disponibilidade do pesquisador, as experiências que tem com pesquisa e o número de pessoas envolvidas no estudo. A pesquisa se torna etnográfica por não haver intervenção do pesquisador no campo de pesquisa.

histórias, expressões, símbolos, conceitos e conhecimentos que são transmitidos através das gerações.

Para o estudo da formação dos professores para a Educação das Relações Étnico-Raciais – EREER, utilizou-se os estudos de Nilma Lino Gomes (2002, 2005) Wilma de Nazaré Baía Coelho (2012), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2002, 2006) Eliane Cavalleiro (2005) e Valter Roberto Silvério(2002,2012)

Para compreender tais caminhos, no ano seguinte a proposição do curso de formação, buscamos novamente a SEMEC de Pitanga/PR com o objetivo de ouvir esses profissionais na tentativa de compreender como tem ocorrido a implementação dessa Lei (10.639/03) no espaço educativo e como tem sido a atuação do coordenador pedagógico frente a essa demanda. Esse trabalho foi possível através de averiguação da documentação disposta nos arquivos da SEMEC de Pitanga/PR.

Teve-se a oportunidade de analisar os documentos, transcrever, fotografar e copiar as informações sem restrições. Ressalta-se aqui que em nenhum momento buscou-se erros ou faltas cometidas, mas de conhecimento das experiências, para a partir delas, levantar novas discussões sobre a práxis compreendendo dessa forma as dificuldades e avanços na implementação da Lei 10.639/2003.

Após fazer a coleta dos dados pertinentes aos professores, buscou-se saber se continuavam vinculados a mesma instituição de quando realizaram a formação em 2014, e nesse caso, observou-se mudança de pessoal e também alguns professores que não faziam mais parte do quadro funcional do município.

De posse dessas informações, foi-se a campo, realizando visitas até as escolas, com o objetivo de reencontrar esses profissionais e realizarmos entrevistas semiestruturadas e gravadas conforme autorização prévia desses relatos.

Nesse primeiro contato com os professores e coordenadores pedagógicos que possivelmente seriam pesquisados, fomos recebidos de forma muito amistosa e dispostos a nos ajudar na pesquisa. Esse contato foi necessário para reconhecer o espaço educativo onde esses professores trabalham, conversar sobre suas práticas educativas e os desafios que permeiam o espaço educativo.

Durante as entrevistas, alguns coordenadores apresentaram inclusive alguns registros das suas práticas, enfatizando suas ações desde a época da oferta do curso, e como as entrevistas foram gravadas em áudio, deixamos evidenciado que seus dados seriam preservados.

Nesse termo, explicou-se os objetivos da pesquisa e os motivos pelos quais gostaríamos de realizar a entrevista nos colocando à disposição para eventuais esclarecimentos. Os encontros foram realizados no ambiente de trabalho desses profissionais, conforme dia e horário marcado, respeitando a disponibilidade desses professores para participar da pesquisa. Os encontros duraram cerca de uma hora e foram suficientes para através de uma conversa informal coletar alguns dados pertinentes ao nosso estudo.

Segundo Ludke e André (1986) a vantagem da entrevista é que permite a captação imediata e corrente da informação desejada, o que pode traduzir as impressões de maneira fiel. Para a autora Neusa Maria Mendes de Gusmão (1997) na relação entre a antropologia e a educação, se faz num constante exercício de se colocar no lugar do outro, de ver como o outro vê e assim compreender um conhecimento que não é o nosso.

É sabido que uma ciência não se faz a partir do nada; além de ser fruto de necessidades fundamentais postas pelo movimento das sociedades humanas, nasce comprometida com seu tempo, sem ser jamais verdade absoluta. A ciência como conhecimento é movimento que se constrói, define-se e redefine-se vinculada ao contexto histórico que a origina. Nada mais legítimo, portanto, do que buscar conhecer os caminhos trilhados pela antropologia para dimensionar os caminhos em constituição em face de diferentes campos. (GUSMÃO, 1997, p.3)

E mesmo lançando mão da observação, entrevistas, análise de documentos, gravações, ainda os dados serão sempre inacabados, visto que o que se busca é descrever a situação, buscar compreendê-la e revelar os seus múltiplos significados, deixando que o leitor decida se as interpretações podem ou não ser generalizadas. (ANDRÉ, 1995).

Conforme estabelecido com os professores entrevistados, foi escolhido números para apresentar o relato desses profissionais, garantindo seu anonimato na pesquisa. Ao ressaltar importância de conhecer e efetivar a Educação para as Relações Étnico-Raciais – EREER, é preciso considerar como funciona a identificação grupal entre os indivíduos e nos estudos da obra de Barth (2000) levam a compreensão que a identidade não é fixa ou imutável, mas completamente sociocultural nas suas origens.

Quando reconhece-se a dimensão desses grupos como portadores de cultura e que a classificação dos membros depende da presença de traços culturais

particulares a atenção concentra-se sobre a análise das culturas em detrimento da organização étnica.

Sendo assim, torna-se negociável e até mesmo flexível até um determinado limite. Para o autor, a manutenção das fronteiras⁹ da etnicidade não resulta no isolamento dos grupos, mas da própria interrelação social, quanto maior for a interação, mais marcado poderá ser o limite étnico (BARTH,2000).

4. NA TRILHA DAS ANÁLISES

O município de Pitanga/PR conta com uma população estimada de 32.419 habitantes, segundo dados estimados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES¹⁰ (2015) e conta com vinte e três instituições de educação pertencentes a rede municipal de educação.

Dentre estas, cinco são Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI's, seis escolas municipais situadas no centro da cidade e nos bairros adjacentes e doze escolas do campo, as quais pertencem as comunidades mais distantes que compreendem o município de Pitanga.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC conta com um total de 207 professores cadastrados até a data de 21/12/2015 sendo que destes, trinta e sete apresentam como escolaridade o nível médio, cinco apresentam o nível graduação e 165 apresentam graduação acrescida de pós-graduação como formação.

Até o ano de 1996, a formação de professores no Brasil era de nível médio. Com a LDB de 96, a exigência é que os professores estejam habilitados em cursos de nível superior como fundamental para o ingresso no sistema educacional de educação básica. Com a alteração da LDB, ocorreu um aumento na procura pela formação em nível superior, visto que muitos desses profissionais não possuíam a formação adequada. Gatti (1997) afirma que mesmo com os programas de

⁹ Para Barth (1967) as fronteiras/limites podem ter um impacto na forma e na extensão desses contatos, mas não contêm no interior das suas fronteiras fatos ou realidades isoladas. O limite/ a fronteira estaria claramente demarcado, envolvendo, na maior parte das vezes, formas culturais selecionadas, dicotomicamente distribuídas e compreendidas como emblemáticas da condição de membro do grupo.

¹⁰ FONTE: IBGE NOTA: Dados divulgados pela fonte, em 28 de agosto de 2015.

suplência para a titulação dos professores desenvolvidos nas últimas duas décadas, ainda há muitos professores sem a devida formação.

Dentre os profissionais pesquisados, nenhum apresentou nível *Strictu Sensu*– mestrado na sua formação, visto que o município (SEMEC) nem considera tal formação para ascensão de nível no seu plano de carreira do magistério público municipal. Conforme Tabela dos Vencimentos dos Professores¹¹ do município de Pitanga/PR proposta para o ano de 2016, é possível perceber que a formação dos professores é contemplada até o nível pós-graduação *Lato Sensu*, ocorrendo uma ruptura na formação dos docentes, visto que não são valorizados pela continuidade dos estudos.

Ao analisar a situação dos profissionais do município de Pitanga/PR que advém dos cursos de licenciatura e pedagogia, observou-se que a formação se deu em meio ao contexto histórico e ideológico do qual decorre uma forma excludente de pensar a sociedade brasileira a qual desconsiderou tanto os conflitos étnico-raciais quanto as contribuições desses grupos para a cultura brasileira, pois foram baseados numa perspectiva eurocêntrica e preconceituosa pautados num ensino tradicional.

Foi possível perceber a demanda dos estudos étnico-raciais fazem parte da pauta escolar, visto que algumas escolas desenvolvem práticas que alteram a realidade a qual eram expostas anteriormente, mas não são consideradas nas IES como podemos perceber nas grades e ementas do curso de Pedagogia da Unicentro¹².

O que nos causa preocupação é a forma como são abordadas as questões étnico-raciais desde a Educação Infantil as quais dependem muito da formação inicial que esses profissionais da educação obtiveram. Como providenciar tais ações se não foram contempladas no âmbito da formação desses profissionais?

Através desse material sistematizado, percebe-se que dos 11 professores entrevistados, 4 estão fora de sala de aula, atuando em funções administrativas e pedagógicas que é o caso dos entrevistados P3, P9, P10 e P11.

¹¹Tabela do Vencimento dos Professores Municipais de Pitanga/PR disponível em http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/137/010216084516_tabela_educacao__2016__1_.pdf>acesso em julho/2016.

¹² A Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO atua no município de Pitanga/PR através de um *campus* avançado o qual oferta 5 cursos de graduação entre eles a Licenciatura em Pedagogia sendo responsável pela formação inicial de muitos professores que atuam na educação básica vinculados a SEMEC.

Desses professores que atualmente se encontram em funções administrativas atuando na direção da escola ou como coordenadores pedagógicos, destes relatam que já passaram por sala de aula anteriormente como no caso, o relato de alguns entrevistados:

- *“Trabalhei 7 anos na gestão, estou há 3 anos na equipe pedagógica e os demais como professora.” (P3)*

- *“Trinta anos de atuação, mas estou nesses dois últimos anos como coordenadora da escola, na coordenação”. (P9)*

- *“No momento há um ano... um ano e pouquinho estou na Coordenação Pedagógica. Mas só até o final do ano mesmo. Sempre trabalhei em sala de aula. Geralmente com quarto e quinto ano, já peguei outras turmas de educação infantil mas prefiro quarto e quinto ano.”(P10)*

- *“Hoje a minha função é diretora da escola. Fazem 12 anos que estou atuando como diretora da escola. Mas já passei por todas as turmas”. (P11)*

Sabe-se que na escola a atuação dos pedagogos é diversa, ora como professor dos anos iniciais, ora como supervisor pedagógico ou atuando junto a direção escolar, como orienta a LDB 9.394/96 sobre a formação desses profissionais

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós – graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL,1996).

Para a atuação nessas funções, o pedagogo conta ainda com uma capacidade de articulação junto ao coletivo de profissionais que atuam nas escolas, visto que ao atuar na administração escolar entendida aqui como organização dos processos de ensino busca na consolidação do projeto pedagógico integrar os diferentes atores da comunidade escolar.

Nas escolas onde diretores ou coordenadores pedagógicos realizaram a formação para a implementação da Lei 10.639/03 junto ao NEAA, foi possível uma melhor articulação do trabalho docente junto aos demais profissionais.

[...] a nossa coordenadora pedagógica ela sempre chama a atenção bastante pra isso, no momento do curso ela fez com a gente então ela levou muito a sério tudo, então foi muito bom ela participou e também ajudou a gente chegar em sala de aula e propôs de fato a fazer o trabalho, que as vezes a gente vai no curso né, chega aqui e passa e a pessoa que está acima da gente, que tem né, não dá apoio, não ajuda com material, acaba que ficando um trabalho ruim, porque a gente não tem acesso a materiais, então como ela participou se dispôs a chegar olhar os livros que tinha, ajuda com sites e ideias, o fato de ela ter participado foi muito bom. (P2)

Por meio desse relato, percebe-se que a participação dos Coordenadores Pedagógicos e diretores junto aos seus professores nos cursos de formação contribui para a efetivação dos conhecimentos adquiridos na prática educativa, isso devido a articulação que o supervisor/pedagogo promove na escola possibilitando um alcance maior junto aos demais profissionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao utilizar este recorte para tratar do papel de articulação que o coordenador pedagógico possui frente a efetivação dos estudos étnico-raciais tornou possível compreender os percursos da Lei 10.639/03 no referido município e as ações articuladas da SEMEC junto a UNICENTRO com o propósito de ofertar formação inicial e continuada aos docentes vinculados a secretaria de educação.

Dentre as ações de formação continuada, procurou-se refletir sobre a capacitação extensionista oferecida pelo NEAA/UNICENTRO no ano de 2014, que tratou das implicações para a efetivação das Leis 10.639/03 e 11.645/08.

Logo, o entendimento sobre a educação voltado a promoção de práticas de superação do racismo, preconceito e discriminação racial com o intuito de auxiliar os educadores a compreenderem a especificidade do racismo brasileiro auxiliando-os a identificar o que é uma prática racista e quando esta acontece no interior da escola, sem dúvidas que essa discussão deveria fazer parte do processo de formação dos professores. (GOMES, 2005)

Portanto, Gomes e Silva (2002) nos alertam que,

Quanto mais complexas se tornam as relações entre educação, conhecimento e cotidiano escolar; cultura escolar e processos educativos; escola e organização do trabalho docente mais o campo da Pedagogia é desafiado a compreender e apresentar alternativas para a formação dos seus profissionais. (p.13)

Para consolidar essa discussão, utilizaremos o relato sobre a formação de Licenciatura em Pedagogia da Unicentro e as relações étnico-raciais

Então ela (graduação) não contemplou de acordo com as minhas expectativas porque eu esperava ter mais sobre essas questões então porque agora depois da implantação da lei 10639 ela tem mais ênfase mais obrigatoriedades pra trabalhar tanto no ensino superior quanto no ensino básico, mais eu senti a falta de ser trabalhado sobre isso mesmo. (P7)

Nesse sentido, para tratar das relações raciais seja na escola ou nas IES faz-se necessário assumir o compromisso pedagógico e social de superar o racismo, visto que na graduação de licenciatura em Pedagogia/UNICENTRO não foi contemplado os estudos étnico-raciais o que faz necessário buscar compreender essas relações estabelecidas no contexto educativo à luz da história e da realidade social e racial às quais estamos inseridos.

Nas palavras de Gomes (2002)

Pensar a relação entre educação e identidade negra nos desafia a construir, juntos, uma pedagogia da diversidade. Além de nos aproximarmos do universo simbólico e material que é a cultura, somos desafiados a encarar as questões políticas. Torna-se imprescindível afirmar que, durante anos, a sociedade brasileira e a escola distorceram e ocultaram a real participação do negro na produção histórica, econômica e cultural do Brasil, e, sobretudo, questionar os motivos de tal distorção e de tal ocultação. (p.7)

Portanto, para buscar a real efetivação da Lei 10.639/03 junto as instituições de educação básica, reiteramos aqui a necessidade de ampliação na formação dos docentes e dos coordenadores pedagógicos, visto que a articulação das práticas pedagógicas com a comunidade escolar será garantida através do trabalho desse profissional.

Entretanto, por meio desta pesquisa constatou-se que a promulgação da Lei 10.639/03 e as orientações do Parecer 003/2004, não foram suficientes para orientar as ações desenvolvidas no contexto educativo da formação inicial dos docentes sequer no acompanhamento das ações desenvolvidas pela SEMEC em prol da promoção da EREER o que tornou-se um grande desafio para os coordenadores pedagógicos alavancarem este trabalho junto aos professores e equipe no contexto educativo.

Dessa forma, conclui-se que, conforme os dados apresentados, o curso de formação continuada oferecido pelo NEAA foi a única oportunidade formativa da EREER, o que não garantiu apropriadamente a efetivação ampla das práticas pedagógicas dos docentes e coordenadores pedagógicos, devido a vários fatores que implicaram nesses resultados, como à restrição ao número de participantes imposta pela SEMEC em 2014, das ações descontínuas de formação, entre outras.

Sendo assim, ao instrumentalizar e valorizar o trabalho dos coordenadores pedagógicos junto ao espaço educativo, fortalecendo suas ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais – EREER, sabendo que a mediação entre o pedagógico

e o administrativo se dará por meio aos projetos realizados na escola, será possível avançar na implementação de um novo tipo de educação, que contempla a diversidade, respeitando os conhecimentos tradicionais e valorizando nossos alunos enquanto sujeitos da prática educativa.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
- _____, M. E. D. A. de. **A Pesquisa no cotidiano escolar**. In: FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 35-46.
- _____. M. E. D. A. de. **Um Projeto coletivo de investigação da prática pedagógica de professoras da escola normal**. In: FAZENDA, Ivani (Org.). Novos enfoques da pesquisa educacional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 51-59.
- _____.M. E. A. A. de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber Livro, 2005. (Série Pesquisa, v. 13)
- BARTH, F. “On the study of social change”. American Anthropologist, 1967.
- _____, F. **Anthropological models and social reality**. In: Process and form in social life. London: Routledge & Kegan Paul, 1981. P 14-31
- _____, F.**O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.
- _____. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: [s.n.], 2003.
- _____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: [s.n.], 2004.
- _____. **Educação Anti-racista. Caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03**. SECAD, 2005.
- CAVALLEIRO, E.S. **Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo**. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e

Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, pp.65-104.

COELHO, W. de N. B. et al. **Caminhos da Formação Docente no Brasil: desafios e perspectivas na contemporaneidade.** Revista Reflexão e Ação. Santa Cruz do sul, v. 20, n. 1, p. 09-23, janeiro/junho. 2012.

GATTI, B. **A formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação.** Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

GOMES, N. L. **Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte.** 2002. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. <<http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/641-of1-st1.pdf>> Acesso em setembro de 2013.

_____, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão.** In: Educação antirracista: caminhos abertos pela lei Federal nº10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____, N. L.; SILVA, P. B. G.. O desafio da diversidade. In: (Org.). **Experiências etnicoculturais para formação de professores.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 13-33.

GUSMÃO, N. M. **Antropologia e educação: origens de um diálogo.** Cadernos CEDES, n. 43, p. 8-25, 1997

_____, N. M. Antropologia, **Estudos Culturais e Educação: desafios da modernidade.** Revista Pro-Posições, v. 19, n. 3 (57) - set./dez. 2008

LUDKE, M. e ANDRE M.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MUNANGA, K. **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il.

GONÇALVES e SILVA, P. B. (Orgs.). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002, v., p. 13-33.

_____, P. B. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil.** Revista Educação. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2006

SILVERIO, V.R. **Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117, p. 219-246, nov. 2002.

_____, V. R. **Relações étnico-raciais: um percurso para educadores /** organizadores: Valter Roberto Silvério, Érica Aparecida Kawakami Mattioli, Thais Fernanda Leite Madeira. – São Carlos: EdUFSCAR, 2012. 238 p. – v.1